

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Os órgãos públicos são responsáveis por exercer funções essenciais ao funcionamento da administração pública, sendo que cada órgão tem competências específicas. Em relação a essa temática, assinale a afirmativa **correta**.

a) São exemplos de órgãos públicos as secretarias de estado, o Congresso Nacional, as autarquias e a Procuradoria Gerais do Estado.

b) A teoria do órgão, adotada no Brasil para se referir à relação entre o órgão e o Estado, considera que os agentes públicos agem em nome próprio.

c) Órgão é uma estrutura que pode integrar a administração direta ou a administração indireta, não possuindo personalidade jurídica própria.

d) O Senado possui personalidade jurídica, de modo que pode demandar em juízo.

2) Os órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, DF e Municípios devem obrigatoriamente obedecer aos seguintes princípios expressamente previstos no caput do art. 37 da CF/88:

a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e proporcionalidade.

b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

c) Legalidade, economicidade, moralidade, eficiência e supremacia do interesse público.

d) Legalidade, moralidade, eficiência, precaução e razoabilidade.

3) Nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88, a investidura em cargo ou emprego público:

a) Independe de concurso público, desde que haja interesse público devidamente motivado pela autoridade competente.

b) Depende de aprovação prévia em concurso público de títulos, sendo proibido concurso apenas de provas.

c) Depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e complexidade do cargo ou emprego.

d) Depende de seleção simplificada, desde que haja processo público de inscrição e homologação pelo Ministério Público.

4) Considere a seguinte situação hipotética:

Um servidor público titular de cargo efetivo sofre uma limitação física permanente, que o impede parcialmente de exercer algumas das atribuições típicas de seu cargo de origem. Esse servidor afirma ter direito de ser deslocado para outro cargo público, com atribuições compatíveis com sua nova limitação, *sem redução salarial*. Não quer fazer novo concurso.

À luz do art. 37 da CF/88, assinale a alternativa correta:

a) É vedado o deslocamento para outro cargo, pois isso configuraria provimento derivado inconstitucional, sendo a única forma de ingresso em cargo diverso a aprovação em concurso público (art. 37, II), não havendo exceções constitucionais expressas.

b) É possível o deslocamento, mediante readaptação, para cargo com atribuições

compatíveis com a limitação física ou mental, desde que respeitada a manutenção da remuneração do cargo de origem e que o servidor possua a habilitação e escolaridade exigidas para o cargo de destino.

c) O deslocamento é possível, mediante recondução ou reversão, dependendo de prévia autorização judicial, mas somente no âmbito do mesmo órgão que deu origem ao vínculo.

d) A readaptação é proibida, pois o art. 37 apenas autoriza o provimento derivado por ascensão funcional, jamais admitindo formas de provimento derivado que mantenham remuneração.

5) Os produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devem ser contratados mediante prévia licitação na modalidade:

a) Concurso.

b) Pregão.

c) Credenciamento.

d) Convite.

6) A Administração Federal, ao reexaminar de ofício determinado ato discricionário praticado há quatro anos, identifica que ele contém vício sanável. Entretanto, ao analisar o cenário atual, a Administração resolve revogar o ato, sob fundamento de conveniência e oportunidade, sem explicitar na motivação as razões jurídicas e fáticas que justificam o afastamento do ato, que teve como fundamento parecer técnico anterior que, à época, havia instruído pela manutenção do ato.

À luz da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A revogação é válida, pois a Lei 9.784/99 não exige motivação para revogação de ato discricionário, sendo suficiente a invocação genérica de razões de conveniência e oportunidade, independentemente de fundamentação específica.

b) A revogação é inválida por ausência de motivação adequada, pois, por força do art. 50 da Lei 9.784/99, atos que discrepem de pareceres oficiais devem necessariamente conter motivação explícita, clara e congruente, devendo indicar os fatos e fundamentos jurídicos que justifiquem a divergência.

c) A revogação é inválida porque, ao constatar vício sanável, a única opção legalmente possível seria a convalidação, sendo vedada a revogação de atos discricionários.

d) A revogação é ilegítima porque, após quatro anos, a Administração não mais possui direito de anular ou revogar o ato, haja vista que o art. 54 da Lei 9.784/99 impõe decadência para qualquer forma de invalidação ou desfazimento de atos administrativos que produzam efeitos favoráveis.

7) Em relação aos bens públicos, marque a alternativa **correta**:

a) Bem dominical é aquele que se presta ao uso público em geral.

b) As estradas e os hospitais públicos são bens públicos dominicais.

c) A sede da Procuradoria Geral do Estado é classificada como um bem de uso especial, assim como o são os veículos oficiais utilizados para deslocamento dos magistrados.

d) Bens dominicais podem ser objeto de

usucapião por particular.

8) Você é Procurador do Estado do Maranhão e deve orientar a autoridade administrativa sobre questões referentes a bem público dominical estadual ocupado irregularmente por particular. Este particular, também conflitando com outro particular e quer propor interdito possessório para proteger sua “posse” no imóvel.

Com fundamento na jurisprudência e no relato acima, qual a alternativa **correta**:

a) O particular possui posse plena e a Administração deve reconhecer seu direito possessório inclusive contra o Estado, podendo o Estado ter que indenizar benfeitorias.

b) O particular pode obter proteção possessória inclusive contra o Estado, desde que comprove *animus domini* e tempo de ocupação, podendo inclusive usucapir o bem público dominical.

c) O particular não pode exercer proteção possessória contra o Estado, pois exerce mera detenção; mas pode fazê-lo contra outro particular. Sendo o imóvel dominical do próprio Estado do Maranhão, não há que se falar em desapropriação pelo próprio Estado sobre bem que já lhe pertence. Cabe considerar que a ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

d) O Estado deve regularizar a ocupação por meio de desapropriação indireta, visto que a ocupação prolongada gera expectativa de direito à permanência e indenização por acessões.

9) No regime jurídico-administrativo brasileiro, existe uma modalidade de

responsabilidade em que o Poder Público responderá pela reparação do dano mesmo sem que haja prova de culpa ou dolo de seus agentes, bastando a demonstração da atuação estatal, da ocorrência do dano e do nexo causal entre ambos. Trata-se, portanto, de responsabilidade civil que prescinde da investigação da intenção do agente público.

Assinale a modalidade de responsabilidade civil da Administração Pública a que o enunciado se refere:

a) Teoria do risco administrativo (responsabilidade objetiva).

b) Responsabilidade subjetiva, baseada na culpa do agente estatal.

c) Responsabilidade civil contratual, restrita aos vínculos negociais.

d) Responsabilidade civil individual, limitada ao próprio agente.

10) Deputado Estadual, em discurso no Plenário da Assembleia Legislativa, faz falsas acusações contra um cidadão. O ofendido ajuíza ação de indenização contra o Estado do Maranhão, com base na responsabilidade civil objetiva do art. 37, §6º, CF.

À luz da jurisprudência do STF (Tema 950), qual a orientação **correta**?

a) O Estado não responde. A imunidade material parlamentar afasta a responsabilidade civil objetiva estatal. Eventual responsabilidade é pessoal e subjetiva do parlamentar.

b) O Estado responde objetivamente, pois a teoria do risco administrativo é absoluta e não admite excludentes.

c) O Estado responde objetivamente, pois a imunidade material vale apenas na esfera penal, e não civil.

d) O Estado responde objetivamente, tal como ocorre com concessionárias de rodovia em acidentes com animais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) Suponha que determinada lei estadual do Maranhão fixe limite de tempo de espera para o atendimento de consumidores em operadoras de telefonia fixa e móvel, bem como preveja a cominação de sanções progressivas na hipótese de descumprimento do limite fixado. Nesse caso, a referida lei estadual é, segundo o entendimento do STF,

a) Inconstitucional, haja vista que há interferência no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos, de modo que há usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito civil.

b) Constitucional, por representar exercício legítimo competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, independentemente da razoabilidade e da proporcionalidade dos limites temporais para esse atendimento.

c) Inconstitucional, por usurpar competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

d) Constitucional, por representar exercício legítimo da competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, desde que os limites temporais estabelecidos sejam razoáveis e proporcionais para esse atendimento.

12) Embasado na jurisprudência do STF acerca das prerrogativas da fazenda pública consistentes em prazo em dobro para manifestações e intimação pessoal em sede de ações de controle concentrado de constitucionalidade e nos recursos decorrentes dessas ações, é **CORRETO** afirmar que:

a) Apenas a prerrogativa do prazo em dobro deve ser aplicada tanto nas ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas originariamente no STF quanto nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

b) Nenhuma dessas prerrogativas se aplica nas ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas no STF ou nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

c) Ambas as prerrogativas devem ser aplicadas tanto nas ações de controle concentrado de constitucionalidade originariamente ajuizadas no STF quanto nos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados.

d) Ambas as prerrogativas são aplicáveis aos recursos extraordinários interpostos em ações de controle concentrado de constitucionalidade julgadas nos estados, mas não em ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas originariamente no STF.

13) Segundo a jurisprudência do STF relativa ao direito à saúde, assinale a opção certa.

a) Serviços de saúde pública não podem ser prestados por organizações sociais ou organizações da sociedade civil de

interesse público.

b) O STF entende não caber ao Poder Judiciário interferir em políticas públicas de saúde, em razão do princípio da separação dos poderes.

c) Se uma pessoa contratante de plano de saúde privado obtiver atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para procedimento que seria de responsabilidade da empresa responsável pelo plano de saúde, não caberá o ressarcimento do SUS por tal empresa, dado o direito do paciente de escolher onde buscar tratamento.

d) São admissíveis, em princípio, ações judiciais nas quais se postule o fornecimento de medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

14) Assinale a opção certa sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

a) Cabe ao Congresso Nacional, mediante lei ordinária, definir os preceitos fundamentais passíveis de proteção por ADPF.

b) A ADPF é ação destinada à reparação de lesões a preceitos constitucionais, de modo que não admite finalidade preventiva.

c) Em regra, se contra lei municipal couber ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante tribunal de justiça, não caberá ADPF.

d) Por meio da ADPF, podem-se impugnar tanto atos do poder público quanto atos de pessoas privadas praticados enquanto estas atuavam estritamente nessa condição.

15) Sobre o tema da rigidez constitucional, assinale a opção correta.

a) A rigidez constitucional decorre da supremacia material e formal das normas constitucionais.

b) Constituições flexíveis existem apenas em países com alta instabilidade política e jurídica.

c) São equivalentes os conceitos de constituição escrita e de constituição rígida.

d) É possível haver constituições que sejam imutáveis apenas por determinado prazo.

16) O STF declarou a inconstitucionalidade de norma de constituição estadual que determinava a aplicação, aos servidores públicos estaduais, de pisos salariais profissionais estabelecidos em lei federal. A autonomia dos Estados-membros foi considerada como um dos fundamentos jurídicos para embasar tal decisão, uma vez que a norma constitucional estadual atrelava a remuneração de servidores públicos estaduais à norma federal, independentemente de lei estadual específica. Considerando as alterações sofridas no texto da Constituição Federal desde então, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autonomia dos Estados-membros e dos Municípios:

a) Permite aos Estados e Municípios que instituem pisos salariais profissionais regionais, a serem observados por pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, independentemente de autorização legislativa da União, para o fim de atender às suas peculiaridades.

b) Não obsta que lei federal estabeleça piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, ainda que impeça o legislador federal de fixar que parte da jornada de

trabalho deverá ser dedicada a atividades extraclasse, por tratar-se de matéria que se submete à competência legislativa dos entes subnacionais.

c) Permite aos Estados e Municípios assegurar, em lei, o direito de seus servidores públicos, ainda que sujeitos a regime estatutário, ao recebimento de remuneração mínima equivalente ao piso salarial profissional fixado em lei federal para categorias com habilitação profissional específica.

d) Não obsta que lei federal institua pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, cabendo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos entes subnacionais e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde, para o cumprimento dos pisos salariais.

17) Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Maranhão foi aprovada e promulgada para o fim de conferir à UEMA:

I. iniciativa legislativa privativa do respectivo reitor para apresentação de sua proposta orçamentária à Assembleia Legislativa, observados os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; II. autonomia administrativa; III. a escolha do respectivo reitor, por voto direto da comunidade acadêmica.

Considerando o teor da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida emenda à Constituição do Estado revela-se:

a) Inconstitucional em relação a todas as atribuições de que trata a emenda à Constituição do Estado, uma vez que devem ser exercidas pelo chefe do poder executivo estadual, sob pena de violação à separação de poderes.

b) Constitucional em relação à atribuição conferida em II, mas inconstitucional em relação às atribuições conferidas em I e III, por subtraírem do chefe do poder executivo estadual o exercício de poderes que lhe são constitucionalmente reservados, contrariando o princípio da separação de poderes.

c) Constitucional em relação às atribuições conferidas em I, II e III.

d) Constitucional em relação às atribuições conferidas em I e III, mas inconstitucional em relação à atribuição conferida em II, uma vez que as universidades públicas estaduais estão vinculadas hierarquicamente ao chefe do poder executivo estadual, não podendo gozar de autonomia administrativa.

18) De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre repartição de competências entre União, Estados e Municípios, em matéria de licitação e contratação públicas, é correto afirmar:

a) Os Estados podem legislar sobre o tema, observadas as normas gerais estabelecidas em leis federais, sendo constitucional, nesse sentido, lei estadual que estabeleça o critério de interesse social que, de acordo com as peculiaridades regionais, permita afastar a exigência de licitação para fins de regularização fundiária de seus imóveis.

b) Cabe à União legislar, privativamente, sobre o assunto, podendo lei complementar federal autorizar os Estados e Municípios a disciplinarem

questões específicas a respeito do tema.

c) Cabe aos Municípios e aos Estados apenas o exercício de competências materiais para a execução das leis federais editadas na matéria, competindo-lhes a edição de decretos visando à aplicação da legislação federal no âmbito da respectiva Administração Pública.

d) Os Municípios não detêm competência sobre o tema, uma vez que o princípio geral que norteia a repartição de competências entre os entes federativos é o da predominância do interesse, o que legitima apenas à União legislar sobre normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar

19) O Prefeito de um Município do Maranhão, já em exercício de segundo mandato, deixou de promover, de maneira reiterada, nos últimos anos, a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais. Sob o fundamento de que a omissão do chefe do Executivo resultou em grave redução remuneratória com o passar do tempo, o sindicato dos servidores públicos municipais impetrou mandado de injunção coletivo, pleiteando o reconhecimento da mora e o deferimento da injunção para determinar ao chefe do Executivo municipal que apresente projeto de lei para dar eficácia plena à garantia da revisão geral anual referente aos anos em questão, de acordo com a aplicação de índice oficial medidor de inflação. Nos termos das disposições constitucionais e legais pertinentes e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referido mandado de injunção coletivo é, em tese,

a) Admissível, embora, no mérito, caiba ao Judiciário tão somente declarar a mora e determinar ao Poder Executivo que se manifeste de forma fundamentada sobre a conveniência e possibilidade de

recomposição salarial ao funcionalismo.

b) Inadmissível, inexistindo ação mandamental para a qual esteja legitimado o sindicato, no caso, embora, no mérito, o não encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual gere direito subjetivo à indenização dos servidores municipais prejudicados.

c) Admissível, cabendo ao Judiciário, no mérito, declarar a mora e determinar o índice de correção a ser aplicado, para fins de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, enquanto não aprovada a respectiva lei, de iniciativa do Poder Executivo.

d) Admissível, cabendo ao Judiciário, no mérito, declarar a mora e determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

20) Lei do Estado do Maranhão, de iniciativa do Governador, ao dispor sobre a reestruturação organizacional da administração pública estadual, autorizou o Poder Executivo a, mediante decreto, transformar cargos em comissão em funções de confiança, e vice-versa, para dar cumprimento aos objetivos da lei, desde que a medida não resulte em aumento de despesas. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida previsão legal é

a) Constitucional, por respeitar a exigência de lei para dispor sobre a transformação de cargos e funções no âmbito da Administração, restringindo a atuação do Poder Executivo a atos de regulamentação da lei, condicionados a que não resultem em aumento de despesa.

b) Constitucional, por dispor sobre matéria inerente à organização da Administração, tendo sido respeitadas a iniciativa privativa do chefe do Executivo para tanto e a vedação a que a medida

implique aumento de despesa.

c) Constitucional, desde que a medida a ser adotada pelo Executivo restrinja-se a cargos e funções vagos e não implique criação ou extinção de órgãos públicos.

d) Inconstitucional, seja porque atribui ao Poder Executivo competência que extrapola os limites da mera reorganização interna da Administração, seja porque funções de confiança e cargos em comissão possuem naturezas e formas de provimento distintas.

21) Os Estados-membros se auto-organizam por meio do exercício de seu poder constituinte, consubstanciando-se na edição das respectivas Constituições Estaduais e também por meio de sua própria legislação. Devem, porém, respeitar os princípios constitucionais sensíveis, princípios federais extensíveis e princípios constitucionais estabelecidos, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF – Pleno – Adin nº 216/PB – Rel. Min. Celso de Mello; RTJ 146/388).

A respeito desse tema, é correto afirmar:

a) Os princípios constitucionais estabelecidos consistem em normas que se encontram topicamente delimitadas no texto da Constituição Federal, facilitando a sua identificação e referência nas Constituições Estaduais.

b) Os princípios constitucionais sensíveis dividem-se nas normas de competência e nas normas de preordenação, sendo exemplo das primeiras a regra constitucional que estabelece o número de deputados estaduais nas respectivas assembleias.

c) Os princípios constitucionais sensíveis são aqueles cuja inobservância pelos Estados-membros no exercício de suas competências legislativas ou administrativas pode acarretar a

intervenção federal.

d) O exercício jurídico de auto-organização dos Estados-membros mediante edição das suas respectivas Constituições é revelador do chamado Poder Constituinte Reformador Derivado.

22) Conforme J. J. Gomes Canotilho, o Direito Constitucional vale-se de princípios e regras interpretativos das normas constitucionais, a fim de se extrair, pela atividade do intérprete, o sentido da norma jurídica.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que explica corretamente o princípio ou a regra citados.

a) Da máxima efetividade ou da eficiência: os órgãos encarregados da interpretação não podem chegar a uma posição que perturbe o esquema organizatório- -funcional constitucionalmente estabelecido.

b) Do efeito integrador: exigem-se a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.

c) - Da justeza ou da conformidade funcional: entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.

d) Da unidade da Constituição: a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas.

23) Um elevado número de pessoas carentes, que ocupa há mais de uma década um prédio abandonado na região central do Município Alfa, pertencente a uma sociedade de economia mista estadual que encerrou informalmente suas atividades, é defendido pela

Defensoria Pública estadual.

No processo judicial, o Poder Executivo municipal requer a desocupação do imóvel invocando a incidência de normas constitucionais. Na ocasião, o Defensor Público sustentou que, no processo de interpretação constitucional, o intérprete deve partir da premissa de que as normas constitucionais não estão necessariamente conectadas a referenciais semióticos, cabendo ao magistrado, à luz dos aspectos circunstanciais do problema concreto, delinear o padrão deontológico que possa realizar a justiça social.

É correto afirmar que a linha argumentativa do Defensor Público em relação à interpretação constitucional é compatível com

- a) A lógica subsuntiva.
- b) O realismo jurídico.
- c) As teorias procedimentais.
- d) As concepções de ordem originalista.

24) O Poder Executivo do Município A promoveu medidas administrativas de ordem restritiva, concernentes às edificações urbanas, que afetavam diretamente áreas de propriedade do Estado B, em cujo território A está localizado. Em razão da divergência existente, a questão foi submetida à apreciação do Poder Judiciário do Estado B, o qual, em decisão transitada em julgado, reconheceu a ilegalidade das referidas medidas e determinou que o Poder Executivo de A se abstinhasse de exigir a sua observância. Apesar de sucessivas reiterações, aos secretários municipais e ao próprio prefeito municipal, não foi suspensa a referida restrição, o que seria suficiente para restabelecer a normalidade. Em razão desse quadro, foi cogitada, com o governador do estado, a possibilidade de ser decretada a intervenção estadual, de modo a suspender a execução das

medidas de ordem restritiva.

Na situação indicada, é correto afirmar que:

- a) Não pode ser decretada a intervenção, pois se está perante mero conflito federativo;
- b) É cabível a decretação da intervenção provocada, sendo dispensada a apreciação do decreto pela Assembleia Legislativa;
- c) É cabível a decretação da intervenção provocada, sendo necessária a apreciação do decreto pela Assembleia Legislativa;
- d) É cabível a decretação da intervenção espontânea, considerando a afronta a princípios sensíveis, que devem ser reproduzidos, por simetria, na Constituição de B;

25) Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal definiu, em assembleia geral, que seriam adotadas as medidas possíveis para sustentar a inconstitucionalidade de determinado ato do poder público. O instrumento a ser utilizado, ao ver dos presentes, seria a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A assessoria jurídica, ao analisar a sugestão de uso da ADPF, observou, corretamente, que esse instrumento:

- a) Pode ser utilizado para impugnar tanto atos normativos como atos destituídos de generalidade e abstração;
- b) Acarretará a prolação de acórdão com efeitos erga omnes, vinculando todas as estruturas estatais de poder;
- c) Pressupõe a demonstração da repercussão geral sempre que utilizado para impugnar atos de entes subnacionais;

d) Em razão do fenômeno da não recepção, não desperta interesse de agir na sua utilização para impugnar atos pré-constitucionais;

26) Analise a frase:

A intersecção entre controle de constitucionalidade e constituições rígidas é tão forte que, no Estado onde inexistir o controle, a Constituição será flexível, por mais que ela se denomine rígida, pois o Poder Constituinte ilimitado estará em mãos do legislador ordinário.

Com base na frase transcrita e na teoria do Direito Constitucional, é correto afirmar, sobre o controle de constitucionalidade:

a) O controle concentrado de constitucionalidade brasileiro deriva do direito alemão, caracterizando-se pela previsão da “questão de inconstitucionalidade” (Richterklage), na qual os juízes e os tribunais detêm competência para a análise de constitucionalidade, mas a declaração de inconstitucionalidade cabe ao Tribunal Constitucional.

b) No sistema constitucional brasileiro, somente as normas constitucionais positivadas podem ser utilizadas como paradigma para a análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos estatais (bloco de constitucionalidade).

c) A rigidez ou a flexibilidade de uma Constituição deriva de uma decisão fundamental do constituinte originário, que assim denomina a Constituição em seu texto, independentemente de outros requisitos, tais como a existência de procedimento formal para controle de constitucionalidade.

d) É constitucional a lei ordinária, decorrente de projeto de lei apresentado por deputado federal, aprovada para majoração do salário do funcionalismo público federal, desde que tenha contado com posterior sanção e promulgação pela Presidência da República.

27) Sobre as formas de controle de constitucionalidade, é certo afirmar:

a) Incumbe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, impondo estabelecer rol de legitimados análogo àqueles relacionados para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, por se tratar de norma de reprodução obrigatória.

b) Em controle concentrado de constitucionalidade, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

c) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade é aquele exercido no curso do processo legislativo, seja pelo próprio Poder Legislativo, através das comissões de constituição e justiça, seja pelo chefe do Poder Executivo, através do veto, não podendo ser exercido pelo Poder Judiciário.

d) O controle difuso de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal do Poder Judiciário, no exercício da sua jurisdição, submetendo-se os tribunais à regra da reserva de plenário, que exige o voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do seu órgão especial para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

28) A mutação constitucional:

- a) É fenômeno reconhecido apenas pela doutrina, uma vez que o STF evita aplicá-la.
- b) Justificada pelas modificações na realidade fática e na percepção do direito.
- c) Ocorre em razão da natureza monossêmica do texto constitucional.
- d) Decorre da técnica de declaração de nulidade de dispositivos legais pelo controle concentrado.

29) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste

- a) No estabelecimento de primeira Constituição de um novo país.
- b) Na possibilidade de alterar-se o texto constitucional do país, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal.
- c) Na possibilidade dos Estados membros de se auto-organizarem através de suas Constituições Estaduais próprias, respeitando as regras limitativas da Constituição Federal.
- d) No estabelecimento de uma Constituição posterior de um velho país.

30) Sobre o conceito, os elementos e as classificações das constituições, assinale a opção certa.

- a) No que se refere ao modo de elaboração, a constituição dogmática espelha os dogmas e princípios fundamentais adotados pelo Estado e não será escrita.
- b) Quanto à estabilidade, a constituição flexível não se compatibiliza com a forma escrita, ainda que seu eventual texto

admitisse livre e alteração do conteúdo por meio de processo legislativo ordinário.

c) Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são considerados elementos socioideológicos.

d) Quanto aos elementos, o ADCT configura exemplo de elemento formal de aplicabilidade da Constituição Federal.

PROCESSO CIVIL

31) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas,

- a) Dispensa-se a citação por oficial de justiça dos ocupantes, bastando o envio de carta com aviso de recebimento por correio ao representante dos moradores.
- b) Deverá ser feita a citação preferencialmente por meio eletrônico.
- c) Dispensa-se a citação pessoal dos ocupantes, bastando a citação por edital desde logo.
- d) Serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais.

32) Ainda com relação às ações possessórias, é correto afirmar que:

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados;
- b) Na pendência de ação possessória, é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio em face de sua parte adversa ou de terceira pessoa;

c) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmada na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 60 dias;

d) É lícito ao réu, em reconvenção, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor;

33) Patrícia buscou atendimento na Defensoria Pública do Estado do Maranhão para ajuizar ação de divórcio. Já separada de fato, atualmente ela reside em São Luís/MA. O réu, Antônio, mora em Colinas/MA. Ambos, quando residiam juntos, tiveram como último domicílio a cidade de Mirador/MA. O casal teve 01 (uma) filha que ficou sob a guarda materna. Patrícia relata ainda ter sido vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher. O casal adquiriu apenas um bem imóvel. O foro competente para a ação é o

- a) Local do bem imóvel adquirido pelo casal.
- b) Domicílio da mulher.
- c) Último domicílio do casal.
- d) Domicílio do réu.

34) Antônia Ferreira venceu ação judicial de cobrança contra o Estado do Maranhão. Iniciada a fase de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública estadual, em sede de impugnação, a Fazenda Pública Estadual poderá alegar:

a) Falta ou nulidade da citação na fase de conhecimento, independente do motivo, pois esta é essencial para a validade de qualquer processo.

b) Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, ocorridas a qualquer tempo, pois afastam a existência da obrigação.

c) A inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

d) Toda e qualquer matéria defensiva, com fundamento na garantia da ampla defesa constitucional.

35) Conforme o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores sobre competência, assinale a opção correta.

a) Nas hipóteses em que seja adotado o regime celetista de contratação de pessoal, compete à justiça do trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade de concurso público em face da administração pública, direta ou indireta.

b) Compete à justiça comum o julgamento de ação ajuizada por servidor celetista contra o poder público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa, em que pese a natureza celetista do vínculo empregatício.

c) Ainda que haja litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, compete ao juízo universal falimentar processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra a massa falida.

d) Ainda que a União ingresse no feito na condição de assistente simples, remanesce a competência do tribunal de justiça local para julgamento de recurso de embargos de declaração interpostos por aquele ente público em face de acórdão proferido pelo tribunal de justiça

estadual.

36) A respeito da concessão de medidas cautelares contra atos do poder público, das tutelas provisórias previstas no CPC e da execução contra a fazenda pública, assinale a única opção **INCORRETA**.

a) É incabível, contra o poder público, medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação, ainda que a execução da medida resulte em resultado prático que inviabilize o retorno ao status quo ante.

b) Não é necessário o pronunciamento judicial para que seja imposta a obrigação de indenizar o dano causado pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada.

c) A execução provisória de obrigação de fazer em face da fazenda pública não atrai o regime constitucional dos precatórios, porquanto a ausência de prestação positiva se converte em perdas e danos.

d) Não atendido o prazo legal de 30 dias úteis para a formulação do pedido principal em tutela cautelar requerida em caráter antecedente, a medida concedida perderá sua eficácia, entretanto, o procedimento de tutela antecedente seguirá seu curso até julgamento do mérito.

37) Assinale a opção correta a respeito da execução, do cumprimento de sentença e dos precatórios.

a) O rol dos débitos de natureza alimentar elencados no texto constitucional não é taxativo, pois a definição da natureza do débito se vincula à destinação precípua de subsistência do credor e de sua família.

b) É prescindível a intimação do réu revel na fase de cumprimento de sentença.

c) Na impugnação parcial ao

cumprimento de sentença, é direito da parte exequente prosseguir com os atos executórios sobre a parte incontroversa da dívida, salvo nos atos constritivos, como a realização de penhora.

d) Na execução de dívida de natureza não alimentar, não se admite a penhora de salário, ainda que este exceda o montante de 50 salários-mínimos.

38) Sobre os recursos, assinale a opção correta.

a) Em regra, a interposição de recurso impede a eficácia da decisão recorrida.

b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que sejam distintos os seus interesses.

c) A desistência não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

d) O amicus curiae pode interpor agravo interno contra decisão que indefira seu ingresso no processo.

39) Compete ao juizado especial da fazenda pública, onde este tenha sido instalado, julgar

a) A execução de título executivo formado em ação coletiva que tenha tramitado sob o rito ordinário, na hipótese de o valor da execução não ultrapassar o montante de 40 salários-mínimos.

b) A ação anulatória de ato administrativo que imponha pena de demissão a servidor público municipal.

c) A ação de obrigação de fornecer medicamentos cujo custo não exceda a 60 salários-mínimos, ainda que constem do polo passivo, em litisconsórcio, estado e município do respectivo território.

d) A ação de reparação de danos decorrente de acidente automotivo provocado por servidor público municipal, se o valor da causa for de até 60 salários-mínimos.

40) Acerca da reclamação, da ação civil pública, do mandado de segurança, da ação rescisória e do incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a opção correta, de acordo com a legislação processual em vigor e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) É dispensado o prequestionamento para interposição de recurso especial contra acórdão de tribunal de justiça que, mesmo sem julgar o caso concreto, fixa tese jurídica em abstrato em incidente de resolução de demandas repetitivas.

b) A interposição simultânea, pela pessoa jurídica de direito público interessada, de agravo de instrumento e de pedido de suspensão para impugnar decisão interlocutória que defere liminar em mandado de segurança no primeiro grau caracteriza violação ao princípio da boa-fé objetiva.

c) A ausência de intimação do Ministério Público para funcionar como fiscal da ordem jurídica em ação civil pública acarreta, por si só, nulidade processual absoluta decorrente de prejuízo presumido.

d) Para o ajuizamento de ação rescisória contra sentença transitada em julgado, não há necessidade de que tenha ocorrido o esgotamento das vias recursais no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.

DIREITO CIVIL

41) De acordo com disciplina do Código Civil acerca da posse:

a) A posse transmite-se aos herdeiros, mas não aos legatários do possuidor.

b) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias que realizar.

c) A alegação de propriedade impede a manutenção de posse.

d) Os atos de mera permissão induzem a posse.

42) Em relação à aquisição e perda da propriedade imóvel:

a) Perde-se a propriedade do imóvel situado em zona rural se o proprietário o abandonar, com a intenção de não mais conservar em seu patrimônio por cinco anos, caso em que poderá passar à propriedade do Estado ou do Município, dependendo de sua localização.

b) A usucapião é meio de aquisição da propriedade, reconhecida por sentença constitutiva que servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

c) Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.

d) Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis, cuja eficácia retroagirá à data da lavratura da escritura definitiva de compra e venda do imóvel.

43) Considere as seguintes proposições acerca da cláusula penal:

I. Se a cláusula penal for estipulada para o caso de inadimplemento total da obrigação, esta se converte em

alternativa a benefício do credor.

II. Desde que expressamente justificado no contrato, o valor da cominação imposta na cláusula penal poderá, em determinados casos, exceder o valor da obrigação principal.

III. O credor poderá exigir a pena convencionada na cláusula penal mesmo sem alegar prejuízo.

IV. Havendo mais de um devedor da obrigação, seja ela divisível ou não, só incorre na pena prevista na cláusula penal o devedor que a infringir.

V. O devedor incorre de pleno direito na cláusula penal caso deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora, independentemente de dolo ou culpa.

De acordo com o Código Civil, está correto **APENAS** o que se afirma nos itens

- a) - IV e V.
- b) - I e II.
- c) - II e V.
- d) - I e III.

44) Conforme a Lei Civil, toda pessoa natural é dotada de personalidade jurídica. Todas as pessoas, ao nascerem com vida, adquirem a referida personalidade, e, conseqüentemente, quando ocorre o óbito, a personalidade jurídica é extinta.

Com relação ao nascituro, entretanto, verifica-se que ele tem:

- a) - capacidade jurídica do gozo de direitos
- b) - interesses protegidos pelo Direito
- c) - capacidade jurídica de fato
- d) - personalidade jurídica limitada

45) É fenômeno jurídico que consiste na possibilidade legal de resolver situação de desequilíbrio das prestações contratuais sucessivas ou diferidas, em consequência de acontecimentos ulteriores à formação do contrato, independentemente da vontade das

partes, de tal forma extraordinários e anormais que impossível se tornava prevê-los razoável e antecedentemente. São acontecimentos supervenientes que alteram profundamente a economia do contrato, por tal forma perturbando o seu equilíbrio, como inicialmente estava fixado, que se torna certo que as partes jamais contrariam se pudessem ter antevisto esses fatos. Se, em tais circunstâncias, o contrato fosse mantido, redundaria num enriquecimento anormal, em benefício do credor, determinando um empobrecimento da mesma natureza, em relação ao devedor.

- a) - imprevisão
- b) - lesão
- c) - força maior
- d) - caso fortuito

46) Renata tinha a posse de uma área urbana no Município de Paço do Lumiar/MA. Como almejava o reconhecimento de que adquirira a propriedade de modo originário, por meio da usucapião constitucional, conversou com um advogado a respeito dos requisitos que deveria preencher. De acordo com o advogado consultado:

- (1) a área urbana a ser usucapida deve ter até 250 metros quadrados;
- (2) o tamanho da área urbana a ser usucapida deve ser compatível com a área mínima do módulo urbano adotado no Município Alfa;
- (3) Maria deve ter a posse do imóvel, sem oposição, ainda que por períodos intercalados, por no mínimo cinco anos;
- (4) a área urbana deve ser utilizada para a moradia de Maria ou de sua família; e
- (5) Maria pode ser proprietária de outro imóvel, desde que não seja urbano.

Em relação aos requisitos indicados pelo advogado, à luz da sistemática constitucional, estão **corretos**:

- a) - apenas os requisitos 1 e 4;

- b)- apenas os requisitos 3 e 5;
- c)- apenas os requisitos 1, 2 e 4;
- d) - apenas os requisitos 2, 3 e 5;

47) O Estado X é locatário de imóvel urbano, onde instalou um hospital, mas não lhe tendo sido possível pagar o aluguel, há mais de seis meses, o locador pretende reaver o prédio. Neste caso,

a) Não é cabível ação de despejo por falta de pagamento, podendo o locador apenas cobrar os alugueres, dada a solvabilidade presumida dos entes públicos.

b) O despejo só será admitido depois de findo o prazo contratual da locação, por denúncia vazia, ressalvada a cobrança dos alugueres em ação própria.

c) Por ser nulo o contrato em que a Administração pública for locatária, será cabível ação reivindicatória.

d) É cabível ação de despejo por falta de pagamento.

48) Um hospital público foi invadido por um grupo de vinte homens maiores e capazes. A Administração Pública

a) Deverá ajuizar uma cautelar de produção antecipada de prova.

b) Deverá garantir a realocação dos invasores em programa de habitação social.

c) Poderá restituir-se na posse por força própria, desde que o faça logo e sem abuso.

d) Deverá ingressar com uma ação de reintegração de posse.

49) Para efeitos legais, consideram-se bens móveis:

a) Os direitos reais sobre objetos móveis

e as ações correspondentes.

b) Os direitos reais sobre imóveis.

c) Os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

d) O direito à sucessão aberta e as ações que o asseguram.

50) Assinale a opção correta de acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

a) As autoridades públicas devem promover a segurança jurídica na elaboração das decisões administrativas, com a adoção de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, instrumentos esses que não têm caráter vinculante em relação aos órgãos ou entidades a que se destinam, em decorrência da independência técnica dos servidores públicos.

b) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo ostenta efeito retroativo, sendo imprescindível a indicação expressa das consequências jurídicas e administrativas da decisão.

c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, é vedado ao gestor invocar o consequentialismo como elemento da decisão administrativa.

d) A motivação da administração pública não necessita demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

51. Em janeiro de 2025, uma Companhia Condominial contratou Francisca Farias como estagiária. Francisca foi designada para trabalhar em regime de teletrabalho (trabalho em domicílio, *home office*) na confecção de planilhas de locatários inadimplentes, que, em seguida, são enviadas ao setor jurídico da sociedade empresária. Considerando os fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) O regime de teletrabalho é incompatível com o estágio, por frustrar o seu objetivo principal que é a vivência prática das rotinas.
- b) Havendo autorização prévia do Juiz do Trabalho, é possível, em caráter excepcional, o regime de teletrabalho no estágio.
- c) Somente se estivesse na cota de estagiário com deficiência, ela poderia trabalhar em regime de teletrabalho.
- d) Se for conveniente para as partes, o regime de teletrabalho pode ser adotado nos contratos de estágio.

52. Iza Carvalho é sua cliente por conta de uma reclamação trabalhista ajuizada anteriormente, na qual vocês se sagraram vitoriosos. Agora, trabalhando para outro empregador, Iza Carvalho viu a possibilidade de passar a exercer suas atividades em teletrabalho, mas sem saber exatamente o que configuraria essa modalidade. Antes de se candidatar à vaga, Iza resolveu consultar você a respeito do tema. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O teletrabalho pode ser pactuado, tácita ou expressamente, entre empregado e empregador, não necessitando constar do instrumento individual de contrato de trabalho.

a) O trabalho em regime de teletrabalho não pressupõe a prestação dos serviços por jornada, por produção ou por tarefa.

c) O teletrabalho será descaracterizado, caso o empregado, habitualmente, tenha que comparecer às dependências do empregador e o empregado retornará ao sistema de trabalho presencial.

d) O teletrabalho se dá, total ou parcialmente, fora das dependências do empregador, não se configurando como trabalho externo, pressupondo a utilização de tecnologias de comunicação e informação.

53. De acordo com a CLT, considerando a regra geral, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se de “prontidão” o empregado do serviço ferroviário que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens.

b) Constitui regime de sobreaviso o tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado.

c) A escala de prontidão será, no máximo, de vinte e quatro horas.

d) Considera-se de “sobreaviso” o empregado do serviço ferroviário que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens.

54. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo. Em caso de dano causado pelo empregado o desconto será:

a) vedado, ainda que haja previsão contratual expressa autorizando o desconto.

b) permitido, apenas se houver condenação judicial transitada em julgado que reconheça a culpa do empregado.

c) lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

d) lícito, sempre que o dano for procedimento interno da empresa.

55. Com base na jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa **correta**.

a) Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço.

b) A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

c) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

d) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

56. Em determinada reclamação trabalhista, com a presença das partes e dos advogados, ocorreu a 1ª audiência apenas para a tentativa de conciliação, que não teve sucesso. Então, o juiz recebeu a defesa e deferiu as provas testemunhais e os depoimentos pessoais recíprocos, sob pena de confissão, designando a data da instrução. Chegado o dia da audiência de instrução,

as partes foram apregoadas e nenhuma delas estava presente, não havendo qualquer justificativa para as ausências. Assinale a opção que indica o que deve ocorrer com esse processo.

a) O juiz deverá designar nova audiência.

b) O juiz deve aplicar a confissão somente em desfavor do autor.

c) O magistrado julgará de acordo com a distribuição do ônus da prova.

d) O processo será arquivado.

57. Em sede de reclamação trabalhista, a decisão deferindo horas extras para o autor transitou em julgado. Após a liquidação de sentença e fixado o débito em R\$ 10.000,00, a sociedade empresária que é ré foi intimada a pagar. Ocorre que, você, advogado(a) da sociedade empresária ré, entendeu que os valores estavam incorretos. Seu cliente teve um veículo penhorado para garantir a execução. Você apresentou embargos à execução tempestivamente, contestados pela parte contrária. O juiz julgou improcedente sua alegação e manteve o valor. Seu cliente lhe perguntou se haveria mais alguma medida para discutir o valor. Admitindo que você foi notificado da decisão na data de ontem e que ela não contém nenhum vício processual formal, assinale a opção que indica o recurso cabível.

a) Agravo de Instrumento.

b) Agravo de Petição.

c) Ordinário.

d) Recurso de Revista.

58. Você, como advogado(a), foi procurado(a) por Guilherme, ex-funcionário da sociedade empresária Limpeza Geral Ltda., a qual prestava serviços para uma autarquia pública federal, aduzindo que foi dispensado sem receber as verbas rescisórias. Você deseja propor uma reclamação trabalhista em face da ex empregadora, mas tem conhecimento de que esta não

possui lastro financeiro algum, apesar do valor da causa da ação, que monta o equivalente a 30 salários-mínimos. Guilherme, como trabalhava no Departamento de Recursos Humanos, forneceu dados e provas de que a tomadora dos serviços nunca fiscalizou o contrato, nem conferiu o adimplemento de quaisquer dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados. Na melhor defesa de seu cliente, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, o que você deverá propor.

a) Uma ação apenas em face da ex-empregadora, pois não cabe responsabilidade subsidiária da autarquia pública federal.

b) Uma ação exclusivamente em face da tomadora dos serviços, pelo rito sumaríssimo, pois já tem conhecimento do inadimplemento da ex-empregadora.

c) Uma reclamação trabalhista em face da ex-empregadora e da tomadora dos serviços, que responderá subsidiariamente, sendo certo que a ação correrá pelo rito ordinário.

d) Uma reclamação trabalhista em face da ex-empregadora e da tomadora dos serviços, que responderá subsidiariamente, sendo certo que a ação correrá pelo rito sumaríssimo.

59. Em sede de reclamação trabalhista você advoga para a parte autora. Dos três pedidos formulados, você sagrou-se vitorioso em dois, horas extras e equiparação salarial, sucumbindo apenas no pedido de integração da habitação. Atendendo a um desejo de seu cliente, optou-se por não recorrer, tendo o prazo recursal transcorrido integralmente. A ré, por sua vez e no seu prazo, apresentou recurso pertinente e, agora, o processo encontra-se com prazo para você contrarrazoar o recurso da ré. Ocorre que seu cliente mudou de opinião, já que o

processo irá se alongar por conta do recurso da ré. Diante disso, indagou-lhe se caberia alguma medida processual para que fosse reexaminada a questão relativa à integração da habitação. Com base no enunciado e no entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa **correta**.

a) Caberá recurso adesivo.

b) Caberá recurso ordinário.

c) Caberá agravo de instrumento.

d) Não há medida a ser adotada, transitando em julgado a decisão do pedido de integração da habitação.

60. Sophia Ferro trabalhou na sociedade empresária Sorvete Gelado Ltda. por 3 anos, como atendente de loja. Após ser dispensada em fevereiro de 2025, Sophia ajuizou reclamação trabalhista contra a ex-empregadora requerendo equiparação salarial com a funcionária Nayara Belo, que exercia a mesma função, mas recebia salário superior. Apresentada a defesa, os pontos controvertidos definidos foram: diferença na perfeição técnica entre as empregadas e diferença superior a quatro anos no tempo de serviço para o empregador. Considerando a distribuição estática do ônus da prova e os termos da CLT, assinale a afirmativa **correta**.

a) À empresa caberá provar a diferença na perfeição técnica e a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço entre as cotejadas.

b) À empresa caberá provar a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço e, à empregada, a diferença na perfeição técnica.

c) À empregada caberá provar a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço para o empregador e, à empresa, a diferença na perfeição

técnica.

d) À empregada caberá provar a diferença na perfeição técnica e a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço entre as cotejadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61) De acordo com o Código Tributário Nacional, o lançamento tributário é o procedimento administrativo destinado a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Considerando suas espécies, assinale a alternativa correta.

a) O lançamento por declaração é aquele em que o contribuinte calcula o valor do tributo e efetua o pagamento, cabendo à autoridade apenas homologar o pagamento posteriormente.

b) O lançamento de ofício é aquele realizado com base exclusivamente nas informações prestadas pelo sujeito passivo, sem intervenção da autoridade administrativa.

c) O lançamento por homologação é aquele efetuado pela autoridade administrativa sem a participação do sujeito passivo, como ocorre no IPTU e no IPVA.

d) O lançamento por declaração ocorre quando o sujeito passivo presta informações à autoridade administrativa e esta, com base nessas informações, efetua o lançamento.

62) A Constituição Federal de 1988 prevê hipóteses de imunidade tributária, que consistem em limitações constitucionais ao poder de tributar, impedindo a instituição de determinados tributos sobre certas pessoas, bens ou situações. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais e periódicos, exceto quanto ao papel destinado a sua impressão.

b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, sem a necessidade de atender a requisitos previstos na lei.

c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, inclusive quanto a empresas estatais que exercem atividades econômicas atuam em regime de concorrência.

63) A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que limitam o poder de tributar, assegurando justiça fiscal e segurança jurídica ao contribuinte. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

a) É permitida a cobrança de impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, desde que haja previsão expressa em lei complementar.

b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou

aumentado.

c) A lei que institui ou majora tributo pode produzir efeitos imediatamente após sua publicação, independentemente do início do exercício financeiro.

d) O princípio da anterioridade tributária impede apenas a cobrança de impostos, não se aplicando a taxas e contribuições de melhoria.

64) De acordo com o Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional, os tributos são classificados em espécies distintas, cada uma com características próprias. Considerando essa classificação, assinale a alternativa **correta**.

a) As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas são espécies autônomas de impostos.

b) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

c) Os empréstimos compulsórios são tributos de competência concorrente entre União, Estados e Municípios, podendo ser criados por lei ordinária.

d) As contribuições de melhoria são cobradas em razão de serviços públicos gerais e indivisíveis prestados à coletividade.

65) Os artigos 151 e 152 da Constituição Federal de 1988 tratam das limitações ao poder de tributar impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, especialmente no tocante à uniformidade e à vedação de preferências entre entes federativos. Com base nesses dispositivos, assinale a

alternativa **correta**.

a) A União pode instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, desde que haja justificativa de interesse econômico regional e de aumento da arrecadação federal.

b) Os Estados e os Municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.

c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

d) É permitido aos Estados conceder incentivos fiscais de ICMS que beneficiem produtos oriundos de seu território em detrimento de produtos de outros Estados.

66) Nos termos da Constituição Federal de 1988 e do Código Tributário Nacional, as espécies de tributos possuem fatos geradores e destinações distintas. Considerando a classificação das espécies tributárias, assinale a alternativa **correta**.

a) Os impostos têm como fato gerador uma atividade estatal específica, prestada ao contribuinte de forma direta e divisível.

b) As contribuições de melhoria são instituídas para financiar atividades gerais do Estado, sem necessidade de obra pública que valorize o imóvel do contribuinte.

c) As taxas não dependem da utilização efetiva ou potencial de serviço público, sendo devidas pela mera existência da

pessoa jurídica.

d) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode ser instituída pelos Municípios e pelo Distrito Federal.

67) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 153, define os impostos de competência da União. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa **correta**.

a) Compete à União instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores, transmissão causa mortis e doação, e circulação de mercadorias.

b) Compete à União instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais ou nacionalizados e renda e proventos de qualquer natureza.

c) Compete à União instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza.

d) Compete à União instituir impostos sobre propriedade de imóveis rurais, apenas quando localizados fora do perímetro urbano, e sobre prestação de serviços.

68) Nos termos da Constituição Federal de 1988, os Estados e o Distrito Federal possuem competência para instituir determinados impostos, conforme previsto no artigo 155. Considerando o texto constitucional, assinale a alternativa **correta**.

a) Compete aos Estados instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais e propriedade de veículos automotores.

b) Compete aos Estados instituir impostos sobre propriedade territorial rural, serviços de qualquer natureza e renda e proventos de qualquer natureza.

c) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a propriedade de veículos automotores.

d) Compete aos Estados instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, bem como sobre grandes fortunas.

69) De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Municípios possuem competência tributária específica para instituir determinados impostos, conforme disposto no artigo 156. Considerando o texto constitucional, assinale a alternativa **correta**.

a) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, sobre propriedade territorial rural e sobre circulação de mercadorias.

b) Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, sobre transmissão *intervivos*, a qualquer título, de bens imóveis e sobre serviços de qualquer natureza.

c) Compete aos Municípios instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais e propriedade de veículos automotores.

d) Compete aos Municípios instituir impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, operações financeiras e grandes fortunas.

70) O Código Tributário Nacional disciplina os elementos essenciais da obrigação tributária, entre eles a hipótese de incidência, o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota. Considerando as disposições do CTN, assinale a alternativa **correta**.

a) O fato gerador é a descrição abstrata prevista em lei que, uma vez concretizada, faz nascer a obrigação tributária, sendo um conceito meramente hipotético.

b) A hipótese de incidência é a ocorrência concreta do evento previsto em lei, que dá origem à obrigação tributária.

c) A base de cálculo é a expressão monetária do aspecto material do fato gerador, sobre a qual se aplica a alíquota para se obter o montante do tributo devido.

d) A alíquota é o valor fixo em moeda corrente que o contribuinte deve pagar, independentemente da base de cálculo.

DIREITO AMBIENTAL

71) Quanto à tutela do meio ambiente, assinale a alternativa **CORRETA**, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) As obrigações ambientais têm natureza "*propter rem*", admitindo-se cobrá-las do proprietário ou possuidor atual primeiramente e, em caso de inércia destes, dirigir a cobrança aos anteriores proprietários ou possuidores, assim sucessivamente.

b) A teoria do fato consumado é admitida em matéria ambiental e subordina o juízo invalidatório ou desconstitutivo à percepção de proporcionalidade diante dos interesses afetados pela decisão.

c) Em matéria de dano ambiental, não é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar através de ação civil pública ou ação popular.

d) A responsabilidade civil da Administração Pública, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, por danos ao meio ambiente, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

72) Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**.

a) A concessão de licença ambiental contrárias às normas ambientais não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por lesão ao meio ambiente.

b) A não realização de prova técnica como meio de comprovar o efetivo dano ambiental obsta reconhecimento do dever de reparação ambiental no caso de despejo irregular de esgoto.

c) A omissão na fiscalização e mitigação dos danos ambientais não importa na imposição judicial de obrigações positivas para o Estado a fim de solucionar o problema cuja extensão temporal e quantitativa revela afronta à dimensão ecológica da dignidade humana.

d) A indenização de dano ambiental deve abranger a totalidade dos danos causados, sendo possível ser decotadas em seu cálculo despesas referentes à atividade empresarial.

73) De acordo com o atual entendimento jurisprudencial do STJ, a existência de danos extrapatrimoniais à coletividade por lesão ao meio ambiente será:

a) Presumida em caso de constatação objetiva de degradação ambiental.

b) Apurada *in re ipsa* e de acordo com critérios subjetivos como abalo psíquico da coletividade.

c) Aferida de acordo com a extensão do dano e a responsabilidade do agente.

d) Excluída quando houver possibilidade de recomposição do meio ambiente degradado.

74) O Poder Público intenta constituir, em observância às formalidades legais, uma unidade de conservação, com o intuito de proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Esclareça-se que a referida unidade de conservação pode ser constituída por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os seus objetivos com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Diante do exposto, considerando as disposições da Lei nº 9.985/2000, é correto afirmar que o Poder Público pretende instituir um(a):

a) Refúgio da Vida Silvestre, unidade de proteção integral.

b) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, unidade de proteção integral.

c) Reserva Extrativista, unidade de uso sustentável.

d) Reserva de Fauna, unidade de proteção integral.

75) De acordo com o Código Florestal, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a área coberta com floresta ou outra forma de vegetação, reservada a conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha, quando declarada de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, é

considerada área de:

a) Preservação permanente.

b) De reserva legal.

c) De uso restrito.

d) De utilidade pública.

76) Imagine que, no Porto X, localizado no território do Município Y, foi verificado, no dia 11 de janeiro de 2018, o derramamento de óleo por parte da Empresa Petróleo Bruto. Em face do dano ambiental gerado, o IBAMA impôs, no dia 11 de abril de 2018, multa de R\$ 100.000,00, devidamente paga pela empresa referida. No dia 18 de junho de 2018, determinada Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) aplicou, pelo mesmo fato, multa de R\$ 200.000,00 à Empresa Petróleo Bruto.

Diante da hipótese apresentada, de acordo com a Lei nº 9.605/98 e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**.

a) As multas aplicadas pela União e pelo Estado são inválidas, pois ambas excedem o teto estipulado pela legislação.

b) Ainda que a responsabilidade em matéria ambiental possa ocorrer nas três esferas distintas (penal, administrativa e civil), configura *bis in idem* a imposição de multa pelo mesmo fato pela União e depois pelo Estado.

c) A cobrança, por parte do Estado, de multa relativa a danos ambientais já paga à União anteriormente, pelo mesmo fato, não configura *bis in idem*.

d) O dever-poder de controle ambiental é limitado pelos princípios do direito administrativo sancionador, não cabendo a aplicação de multa na instância administrativa, apenas nas instâncias

cível e penal.

77) Conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o instrumento de desenvolvimento econômico e social reconhecido por ser um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada, é definido como:

- a) Coleta seletiva.
- b) Logística reversa.
- c) Gestão integrada de resíduos sólidos.
- d) Reciclagem.

78) Nos termos do Código Florestal, a Cota de Reserva Ambiental – CRA

a) Não pode ser expedida considerando vegetação nativa localizada em área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), instituída em sobreposição à Reserva Legal do imóvel.

b) Pode ser transferida, contanto que gratuitamente, a pessoa física, mediante assinatura de termo pelo titular da CRA e pelo adquirente.

c) Será emitida mediante requerimento do proprietário, sem necessidade de inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural.

d) Não pode ser utilizada para fins de compensação de Reserva Legal, conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

79) De acordo com os princípios fundamentais em matéria ambiental, assinale a alternativa correta.

a) Somente se aplica o princípio da precaução nos casos de manifesta certeza científica em relação aos danos ambientais.

b) A função socioambiental da propriedade estatui que o direito à propriedade pode ser restringido quando sua utilização implica em danos ao meio ambiente, garantindo, assim, a proteção ambiental em benefício coletivo da comunidade

c) O princípio do poluidor-pagador informa que a restituição por danos ao meio ambiente só pode ser buscada após o estabelecimento da culpa por parte do responsável pelo dano.

d) O princípio da participação popular estipula que somente órgãos governamentais e organizações ambientais devidamente registrados podem expressar opiniões e participar de processos de tomada de decisão sobre questões ambientais.

80) A inversão do ônus da prova em matéria ambiental é corolário do princípio

a) Do poluidor-pagador.

b) Da prevenção.

c) Da precaução.

d) Do risco integral.

BOA SORTE!!!!

-----FIM-----